

Christiano Cassettari

Pós-Doutorando em Direito Civil pela USP. Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Notarial e Registral pela PUC Minas. Professor do Damásio Educacional. Coordenador dos cursos de especialização em Direito Notarial e Registral do Damásio Educacional. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil - ARPEN-BA. Registrador Civil das Pessoas Naturais em Salvador-BA e parecerista.

site: www.professorchristiano.com.br

Elementos de **DIREITO**

Obra completa em **VOLUME ÚNICO**

9ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dailia Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Iris Ferrão
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Estela Janiski Zumban
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Lais Sonano
Revisão	Ana Cortazzo
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Martí Rampim
Impressão e acabamento	Sergio Luiz Pereira Lopes Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Cassettari, Christiano

Elementos de direito civil / Christiano Cassettari. – 9. ed. –
São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
872 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-414-0 (impresso)

1. **Direito civil.** 2. **Direito civil – Brasil.** I. **Título.**

20-0750 CDD 342.1
CDU 347(61)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

Data de fechamento da edição: 7-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação da 9ª edição</i>	25
Introdução ao estudo do Direito Civil Constitucionalizado	29
1. O Código Civil vigente.....	29
2. Constitucionalização do Direito Civil.....	29
3. Princípios informadores do Código Civil.....	30
4. A divisão do Código Civil.....	32
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei n. 4.657, de 4-9-1942	33
1.1. Aspectos gerais.....	33
1.2. Finalidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	34
1.3. Mecanismos de integração (fontes do direito).....	34
1.3.1. Fontes imediatas, formais ou diretas.....	34
1.3.2. Fontes mediatas, não formais ou indiretas.....	34
1.4. Da lei.....	35
1.4.1. Classificação das lacunas.....	35
1.4.2. Antinomias.....	36
1.4.2.1. Classificação das antinomias.....	36
1.4.2.2. Forma de resolução de antinomias.....	36
1.4.3. Elaboração, promulgação e publicação da lei.....	37
1.4.4. Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia.....	37
1.4.5. Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei).....	38
1.4.6. Formas de revogação.....	39
1.4.7. Vigência da lei no espaço.....	40
1.4.8. Interpretação das leis.....	40

10 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

1.5. Regras de alcance da lei nova no ordenamento jurídico.....	41
1.6. Das fontes secundárias (analogia, costumes e princípios gerais de direito).....	42
1.7. Regras de direito internacional previstas na LINDB.....	43
1.8. A Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, que incluiu os arts. 20 a 30 na LINDB, para criar regras sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público	45
1.9. O Decreto n. 9.830, de 10 de junho de 2019, que regulamentou os arts. 20 a 30 da LINDB	47
1.10. Enunciado do CJF sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ...	53
2 Da Pessoa Natural.....	55
2.1. Introdução e conceito	55
2.2. Início da personalidade civil da pessoa natural	55
2.3. Do nascituro e do embrião	57
2.4. Do domicílio da pessoa natural.....	60
2.5. Da capacidade civil.....	62
2.6. Da aquisição da capacidade civil de fato	63
2.6.1. Cessação da incapacidade por emancipação	64
2.6.2. Consequências da emancipação	67
2.7. Incapacidade conceito e espécies.....	68
2.8. Dos direitos da personalidade (arts. 11 a 21 do CC)	71
2.8.1. Introdução ao tema	71
2.8.2. Conceito de direitos da personalidade	72
2.8.3. Alguns exemplos de direitos da personalidade.....	72
2.8.4. Características dos direitos da personalidade (art. 11 do CC)	73
2.8.5. Tutela jurisdicional dos direitos da personalidade (art. 12 do CC).....	74
2.8.6. A disposição do corpo vivo e a proteção dos direitos da personalidade (art. 13 do CC)	74
2.8.7. A disposição do corpo morto e a proteção dos direitos da personalidade (art. 14 do CC) – consenso afirmativo e negativo.....	79
2.8.8. O direito ao esclarecimento e a morte digna como proteção dos direitos da personalidade (art. 15 do CC) consentimento informado e diretivas antecipadas de vontade (DAV)	81
2.8.9. O nome da pessoa natural como direito da personalidade e as questões dele decorrentes (arts. 16, 17, 18 e 19 do CC). A proteção do pseudônimo	85
2.8.9.1. Individualização da pessoa natural pelo nome.....	86
2.8.10. A proteção da imagem e da vida privada da pessoa natural como um direito da personalidade (arts. 20 e 21 do CC). A questão das biografias não autorizadas e dos requerimentos proibitivos aos provedores de internet.....	91

2.9. Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	99
2.10. Ausência, sucessão provisória e definitiva	101
2.11. Resumo esquemático sobre ausência	104
2.12. Comoriência	105
2.13. Súmulas e enunciados do CJF sobre pessoa natural.....	106
3 Da Pessoa Jurídica	111
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	111
3.2. Desconsideração da pessoa jurídica	112
3.3. Da administração da pessoa jurídica	117
3.4. Classificação da pessoa jurídica	117
3.5. Das associações civis (arts. 53 a 61 do CC)	119
3.6. Das fundações particulares (arts. 62 a 69 do CC)	121
3.7. Das sociedades (arts. 981 a 1.141 do CC).....	124
3.8. Resumo esquemático sobre pessoa jurídica	125
3.9. Início da existência legal	126
3.10. Capacidade da pessoa jurídica	127
3.11. Domicílio.....	128
3.12. Grupos despersonalizados	128
3.13. Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica.....	130
4 Dos Bens.....	133
4.1. Conceito.....	133
4.2. Classificação dos bens.....	133
4.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC)	133
4.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC)	137
4.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC)	140
4.2.4. Bem de família	141
4.3. Súmulas e enunciados sobre bens.....	143
5 Dos Fatos Jurídicos.....	145
5.1. Conceito.....	145
5.2. Classificação do fato jurídico <i>lato sensu</i>	145
5.3. Teoria geral do negócio jurídico	146
5.3.1. Classificação do negócio jurídico	146
5.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada pontearna	147
5.3.3. Do plano da existência.....	149
5.3.4. Do plano da validade	150
5.3.5. Os vícios (ou defeitos) dos negócios jurídicos	154
5.3.5.1. Erro ou ignorância (arts. 138 a 144 do Código Civil).....	154
5.3.5.2. Dolo (arts. 145 a 150 do CC)	156

12 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

5.3.5.3.	Coação (arts. 151 a 155 do CC)	156
5.3.5.4.	Lesão (art. 157 do CC)	157
5.3.5.5.	Estado de perigo (art. 156 do CC)	158
5.3.5.6.	Fraude contra credores (arts. 158 a 165 do CC).....	160
5.3.5.6.1.	Conceito de fraude contra credores.....	160
5.3.5.6.2.	Elementos da fraude	161
5.3.5.6.3.	Da conservação dos atos na matrícula do imóvel, para demonstração de boa-fé	162
5.3.5.6.4.	Preservação do negócio jurídico (manutenção) ..	163
5.3.5.6.5.	Ação pauliana para anular negócio jurídico	163
5.3.5.6.6.	Prova	164
5.3.5.6.7.	Presunções.....	164
5.3.5.6.8.	Questões relevantes.....	164
5.3.5.7.	Simulação.....	165
5.3.6.	Principais diferenças entre ato nulo e anulável	166
5.3.7.	Do plano da eficácia.....	168
5.3.7.1.	Fatores de eficácia (ou elementos acidentais) que indicam se o negócio produzirá ou não efeitos.....	169
5.4.	Súmula e enunciados sobre negócio jurídico	172
6	Prescrição e Decadência.....	175
6.1.	Da prescrição.....	175
6.1.1.	Conceito de prescrição extintiva	175
6.1.2.	Características da prescrição.....	175
6.1.3.	Das causas que impedem e suspendem a prescrição.....	177
6.1.4.	Das causas que interrompem a prescrição	177
6.1.5.	Dos prazos prescricionais	179
6.1.6.	Ações imprescritíveis	181
6.1.7.	Da diferença com preclusão e perempção.....	181
6.1.8.	A desestabilização do sistema de prescrição em decorrência da revo- gação do art. 194 do Código Civil	181
6.1.8.1.	A revogação do art. 194 do Código Civil.....	181
6.1.8.2.	O direito do prescribente a renunciar à prescrição.....	183
6.1.8.3.	Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?.....	184
6.1.8.4.	A ação regressiva contra os assistentes e representantes legais quando se dá causa à prescrição ou não se a alega oportunamente.....	185
6.1.8.5.	A decadência convencional e o art. 211 do Código Civil.....	185
6.1.8.6.	A prescrição tornou-se matéria de ordem pública?	187
6.2.	Da decadência	188

6.2.1.	Conceito	188
6.2.2.	Características da decadência.....	188
6.2.3.	Das diferenças entre prescrição e decadência.....	189
6.2.4.	CrITÉrio científico para distinguir o prazo prescricional do prazo decadencial criado pelo Código Civil	190
6.3.	Súmulas e enunciados sobre prescrição e decadência	191
7	Do Direito das Obrigações	195
7.1.	Diferenças entre Direito das Obrigações e Direitos Reais.....	195
7.2.	Obrigações híbridas.....	196
7.3.	Distinções terminológicas	197
7.4.	Conceito de obrigação	198
7.5.	Fontes das obrigações.....	198
7.6.	Elementos da obrigação.....	199
7.7.	Modalidades das obrigações	200
7.7.1.	Obrigação de dar	200
7.7.2.	Obrigação de fazer (arts. 247 a 249 do CC).....	202
7.7.3.	Obrigação de não fazer (arts. 250 e 251 do CC).....	203
7.7.4.	Obrigação cumulativa ou conjuntiva	204
7.7.5.	Obrigação alternativa ou disjuntiva (arts. 252 a 256 do CC)	204
7.7.6.	Obrigação divisível (arts. 257 a 263 do CC)	205
7.7.7.	Obrigação indivisível (arts. 257 a 263 do CC).....	206
7.7.8.	Obrigação solidária (regras gerais nos arts. 264 a 266 do CC)	207
7.8.	Transmissão das obrigações	210
7.8.1.	Cessão de crédito (arts. 286 a 298 do CC).....	210
7.8.2.	Assunção de dívida ou cessão do débito (arts. 299 a 303 do CC)	212
7.8.3.	Cessão da posição contratual	214
7.9.	Teoria do pagamento	215
7.9.1.	Do pagamento direto (arts. 304 a 333 do CC)	215
7.9.1.1.	De quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC).....	215
7.9.1.2.	Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312 do CC)	216
7.9.1.3.	Do objeto e da prova do pagamento (arts. 313 a 326 do CC) ..	217
7.9.1.4.	Do local do pagamento (arts. 327 a 330 do CC)	218
7.9.1.5.	Do tempo do pagamento (arts. 331 a 333 do CC)	219
7.9.2.	Do pagamento indireto.....	220
7.9.2.1.	Formas indiretas de pagamento.....	220
7.10.	Do inadimplemento das obrigações.....	228
7.10.1.	Inadimplemento involuntário	228
7.10.2.	Inadimplemento voluntário	229
7.10.2.1.	Espécies de inadimplemento voluntário	234
7.10.3.	Adimplemento substancial	235

14 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

7.11. Da cláusula penal (arts. 408 a 416 do CC).....	236
7.12. Das arras (arts. 417 a 420 do CC)	240
7.13. Súmulas e enunciados sobre obrigações	244
8 Teoria Geral dos Contratos.....	251
8.1. Introdução.....	251
8.2. A crise dos contratos.....	252
8.3. Conceito de contrato.....	252
8.4. Classificação dos contratos.....	253
8.5. Princípios contratuais	257
8.5.1. Princípio da autonomia privada.....	257
8.5.2. Princípio da função social do contrato	260
8.5.3. Princípio da boa-fé objetiva.....	264
8.5.4. Princípio da intervenção mínima	267
8.5.5. Princípio da força obrigatória do contrato	267
8.5.6. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	268
8.6. Formação do contrato.....	269
8.7. Garantias contratuais.....	273
8.7.1. Dos vícios contratuais.....	273
8.7.2. Da evicção.....	275
8.8. Revisão judicial dos contratos	277
8.9. Extinção dos contratos.....	280
8.10. Súmulas e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos	284
9 Dos Contratos em Espécie.....	291
9.1. Compra e venda (arts. 481 a 532 do CC).....	291
9.1.1. Conceito.....	291
9.1.2. Elementos essenciais.....	292
9.1.3. Natureza jurídica do contrato de compra e venda	294
9.1.4. Efeitos do contrato de compra e venda	294
9.1.5. Restrições à compra e venda	296
9.1.6. Vendas especiais.....	303
9.1.7. Factos adjetos (unidos) ou cláusulas especiais à compra e venda.....	304
9.2. Troca ou permuta (art. 533 do CC)	307
9.3. Contrato estimatório (arts. 534 a 537 do CC)	310
9.4. Doação (arts. 538 a 564 do CC).....	310
9.4.1. Introdução.....	310
9.4.2. Espécies de doação.....	311
9.4.3. Aceitação da doação.....	315
9.4.4. Revogação da doação por ingratidão.....	316
9.4.5. Promessa de doação.....	317

9.5.	Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC)	318
9.5.1.	Conceito	319
9.5.2.	Partes do contrato.....	319
9.5.3.	Elementos do contrato	319
9.5.4.	Aluguel.....	319
9.5.5.	Tempo da locação	319
9.5.6.	Natureza jurídica do contrato de locação.....	320
9.5.7.	Interpretação e promessa de locação.....	320
9.5.8.	Obrigações do locador	320
9.5.9.	Obrigações do locatário	321
9.5.10.	Características da locação de coisas.....	321
9.5.11.	Hipóteses de extinção da locação de coisas	322
9.6.	Da locação disciplinada pela Lei n. 8.245/91	322
9.6.1.	Objetivo da lei regras gerais	322
9.6.2.	Solidariedade legal.....	323
9.6.3.	A outorga conjugal no contrato de locação.....	323
9.6.4.	Retomada do imóvel pelo locador	324
9.6.4.1.	Prorrogação do contrato por prazo indeterminado.....	325
9.6.4.1.1.	Locação residencial (arts. 46 e 47 da Lei n. 8.245/91)	325
9.6.4.1.2.	Locação não residencial (arts. 51 a 57 da Lei n. 8.245/91)	325
9.6.5.	Locação por temporada (arts. 48 a 50 da Lei n. 8.245/91).....	326
9.6.6.	Devolução do imóvel pelo locatário	326
9.6.7.	Casos de transferência do contrato e sublocações.....	327
9.6.8.	Direitos do locador.....	327
9.6.9.	Deveres do locador (art. 22 da Lei n. 8.245/91).....	328
9.6.10.	Direitos do locatário.....	329
9.6.11.	Deveres do locatário (art. 23 da Lei n. 8.245/91).....	329
9.6.12.	Características do aluguel.....	331
9.6.13.	Das benfeitorias no imóvel.....	331
9.6.14.	Direito de preferência (arts. 27 a 34 da Lei n. 8.245/91).....	332
9.6.15.	Da denúncia em razão da alienação do imóvel	333
9.6.16.	Garantias locatícias	333
9.6.16.1.	Particularidades das garantias	334
9.6.17.	Da locação <i>built-to-suit</i>	335
9.6.18.	Tabela comparativa com a redação antiga da Lei do Inquilinato e a nova redação promovida pela Lei n. 12.112/2009.....	335
9.7.	Empréstimos.....	336
9.7.1.	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	336
9.7.1.1.	Obrigações do comodatário	337
9.7.2.	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	339

16 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

9.8. Prestação de serviço (arts. 593 a 609 do	340
9.8.1. Características da prestação de serviço.....	341
9.8.2. Extinção da prestação de serviço.....	341
9.9. Empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	342
9.9.1. Modalidades de empreitada.....	342
9.9.2. Direitos e deveres do empreiteiro.....	343
9.9.3. Direitos e deveres do comitente.....	344
9.9.4. Características da empreitada.....	345
9.10. Depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	346
9.10.1. Modalidades de depósito.....	346
9.10.2. Características do depósito.....	347
9.10.3. Direitos e obrigações do depositário.....	348
9.10.4. Extinção do depósito.....	348
9.11. Mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	349
9.11.1. Características do mandato.....	349
9.11.2. Espécies de mandato.....	351
9.11.3. Extinção do mandato.....	352
9.11.4. Normas sobre a extinção do mandato.....	352
9.12. Comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	354
9.13. Agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	356
9.14. Corretagem ou mediação (arts. 722 a 729 do CC).....	358
9.15. Transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	360
9.15.1. Regras gerais de transporte.....	360
9.15.2. Do transporte de pessoas.....	360
9.15.3. Do transporte de coisas.....	361
9.16. Seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	363
9.16.1. Regras gerais do seguro.....	363
9.16.2. Do seguro de dano.....	366
9.16.3. Do seguro de pessoa.....	367
9.17. Constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	368
9.18. Jogo e aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	372
9.19. Fiança ou caução fidejussória (arts. 818 a 839 do CC).....	374
9.19.1. Características da fiança.....	375
9.20. Transação (arts. 840 a 850 do CC).....	377
9.20.1. Características da transação.....	378
9.21. Compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	379
9.21.1. Estudo do compromisso.....	380
9.21.2. Estudo da arbitragem.....	381
9.22. Súmulas e enunciados sobre contratos em espécie.....	384

10 Da Responsabilidade Civil Extracontratual.....	395
10.1. Noção histórica.....	395
10.2. O Direito Civil Constitucional e a responsabilidade civil	395
10.3. A responsabilidade civil no Direito de Família	396
10.3.1. A responsabilidade civil por abandono afetivo.....	399
10.3.2. A responsabilidade civil pela quebra dos esponsais.....	402
10.4. Conceito de responsabilidade civil	403
10.5. Elementos da responsabilidade civil extracontratual	405
10.5.1. Ação ou omissão do agente.....	406
10.5.2. Dolo ou culpa	410
10.5.3. Dano.....	414
10.5.3.1. Introdução sobre os danos	414
10.5.3.2. Os tipos de danos.....	415
10.5.4. Nexo causal.....	431
10.5.4.1. Teorias sobre a relação de causalidade	431
10.5.4.2. Rompimento do nexo causal: das excludentes de responsabilidade civil.....	433
10.5.4.3. A teoria da perda da chance.....	436
10.5.4.3.1. A teoria da perda da chance na seara médica....	438
10.6. Da classificação da responsabilidade civil extracontratual.....	441
10.6.1. Da responsabilidade civil objetiva.....	441
10.6.1.1. Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva....	445
10.6.1.2. O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou ato de terceiros	450
10.6.1.3. A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do incapaz	451
10.6.2. A fixação do valor da indenização	451
10.7. A responsabilidade civil nas relações trabalhistas.....	453
10.8. Súmulas e enunciados sobre responsabilidade civil extracontratual	456
11 Do Direito das Coisas: o Estudo da Posse.....	467
11.1. Distinções terminológicas	468
11.2. Classificação da posse.....	468
11.3. Aquisição da posse.....	469
11.3.1. Modos de aquisição pela tradição	469
11.3.2. Aquisição pelo constituto possessório.....	470
11.3.3. Modos de aquisição pela acessão.....	470
11.4. Efeitos da posse.....	471
11.5. Conceitos importantes.....	473
12 Dos Direitos Reais	475
12.1. Direitos reais.....	475

12.1.1. Classificação.....	478
12.1.2. Características fundamentais dos direitos reais.....	478
12.1.3. Outras características dos direitos reais.....	479
12.2. Da propriedade.....	479
12.2.1. Extensão vertical da propriedade.....	479
12.2.2. Faculdades inerentes à propriedade.....	480
12.2.3. Espécies de propriedade.....	481
12.2.4. Características do direito de propriedade.....	481
12.2.5. Conteúdo constitucional da propriedade.....	481
12.2.6. Função social da propriedade.....	482
12.2.6.1. Espécies de função social da propriedade.....	482
12.2.7. Outro exemplo de aplicação da função social da propriedade: a desapropriação judicial.....	484
12.2.7.1 O primeiro precedente do STJ sobre desapropriação judicial...	490
12.2.8. Modos de aquisição da propriedade.....	492
12.2.9. Formas de aquisição da propriedade.....	492
12.2.10. Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	492
12.2.10.1.Registro (arts. 1.245 a 1.247 do CC).....	492
12.2.10.2.Usucapião.....	495
12.2.10.2.1. Características importantes da usucapião.....	507
12.2.10.3. Acesso.....	508
12.2.11. Formas de aquisição da propriedade móvel.....	513
12.2.11.1. Formas originárias.....	513
12.2.11.2. Formas derivadas.....	514
12.2.12. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel).....	515
12.2.13. Propriedade resolúvel (estudo da propriedade fiduciária).....	516
12.2.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel.....	520
12.2.14. Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC).....	521
12.2.14.1. Características dos direitos de vizinhança.....	521
12.2.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC).....	521
12.2.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC).....	522
12.2.14.4. Da passagem forçada.....	522
12.2.14.5. Da passagem de cabos e tubulações.....	523
12.2.14.6. Das águas.....	523
12.2.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem.....	525
12.2.14.8. Do direito de construir.....	526
12.2.15. Do condomínio.....	528
12.2.15.1. Do condomínio ordinário.....	528
12.2.15.2. Do condomínio edilício.....	530
12.2.15.2.1. Elementos constitutivos do condomínio edilício..	531

12.2.16. Prazo prescricional para a cobrança de cotas condominiais em atraso	535
12.2.17. Questões polêmicas sobre condomínio edilício	536
12.2.18. Condomínio de lotes.....	544
12.2.19. Condomínio em multipropriedade	544
12.2.20. Fundo de investimento (um condomínio especial)	550
12.3. Dos direitos reais sobre coisas alheias.....	552
12.3.1. Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição.....	552
12.3.1.1. Direito real de superfície (arts. 1.369 a 1.377 do CC)	552
12.3.1.2. Servidão (arts. 1.378 a 1.389 do CC)	555
12.3.1.3. Usufruto (arts. 1.390 a 1.411 do CC).....	558
12.3.1.4. Uso (arts. 1.412 e 1.413 do CC)	561
12.3.1.5. Habitação (arts. 1.414 a 1.416 do CC)	562
12.3.2. Do direito real à aquisição de coisa alheia	562
12.3.2.1. Direito do promitente comprador do imóvel (arts. 1.417 e 1.418 do CC)	562
12.3.2.2. Características do direito do promitente comprador do imóvel, de acordo com o Código Civil – A promessa de compra e venda de bem imóvel.....	563
12.3.2.3. Características do direito do compromissário comprador do imóvel, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano – ● compromisso de compra e venda de bem imóvel.....	563
12.3.3. Dos direitos reais de garantia	565
12.3.3.1. Do penhor (arts. 1.431 a 1.472 do CC)	569
12.3.3.2. Da hipoteca (arts. 1.473 a 1.505 do CC)	573
12.3.3.3. Da anticrese (arts. 1.506 a 1.510 do CC).....	576
12.3.3.4. Da laje	577
12.3.3.5. Da alienação fiduciária em garantia.....	579
12.4. Súmulas referentes ao direito do promitente comprador do imóvel.....	580
12.5. Súmulas e enunciados sobre Direito das Coisas	580
13 Do Direito das Famílias.....	593
13.1. Aspectos constitucionais do Direito de Família.....	593
13.2. Principais mudanças no Direito de Família, comparando o Código Civil de 1916 com o de 2002.....	594
13.3. Princípios do Direito de Família.....	595
13.4. Novas formas de constituição de família.....	600
13.5. Casamento.....	601
13.5.1. Conceito.....	601
13.5.2. Natureza jurídica	601
13.5.3. Princípios do casamento.....	602
13.5.4. Capacidade para o casamento.....	602

13.6.11. Da possibilidade de se dar publicidade da união estável por meio de registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais que faz surgir um estado civil aos conviventes	703
13.6.12. Direitos decorrentes da união estável previstos em leis especiais.....	707
13.6.13. Direitos decorrentes da união estável previstos no Código Civil.....	709
13.6.13.1. Direito aos alimentos	709
13.6.13.2. Direito à sucessão.....	709
13.6.13.3. Direito à meação dos bens.....	709
13.6.14. Direitos decorrentes do concubinato.....	709
13.6.15. Deveres na união estável.....	711
13.6.16. Conversão da união estável em casamento	712
13.6.17. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plúrimas.....	716
13.7. Das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo (homoafetivas)	716
13.7.1. Do casamento entre pessoas do mesmo sexo com e sem prévia união estável.....	718
13.7.2. Do contrato de convivência entre pessoas do mesmo sexo	719
13.7.3. Do conteúdo do contrato de convivência entre pessoas do mesmo sexo.....	720
13.7.4. Da formalização contratual da extinção de união estável entre pessoas do mesmo sexo.....	722
13.8. Dos alimentos (arts. 1.694 a 1.710 do CC)	723
13.8.1. A fixação dos alimentos.....	724
13.8.2. Das espécies de alimentos.....	725
13.8.3. A legitimidade ativa dos alimentos.....	727
13.8.4. A renúncia aos alimentos	729
13.8.5. Divisibilidade da obrigação alimentar	730
13.8.6. Prescritibilidade x imprescritibilidade da obrigação alimentar	733
13.8.7. Da transmissibilidade da obrigação de alimentar	734
13.8.8. Dos alimentos pós-divórcio	735
13.8.9. Termo inicial dos alimentos.....	737
13.8.10. Termo final dos alimentos	737
13.8.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante.....	738
13.8.12. Obrigação alimentar do Estado.....	740
13.8.13. Transação dos alimentos.....	741
13.8.14. Características dos alimentos	741
13.8.15. Alimentos gravídicos	743
13.8.16. A culpa na separação e os alimentos.....	744
13.9. Proteção da pessoa dos filhos (arts. 1.583 a 1.590 do CC).....	744
13.9.1. Espécies de guarda.....	745
13.9.2. Características da guarda.....	746
13.9.3. O direito de visita dos avós	747

22 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

13.10. Das relações de parentesco (arts. 1.591 a 1.595 do CC)	748
13.11. Da filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC)	751
13.12. Do reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	752
13.13. Da adoção (arts. 1.618 a 1.629 do CC)	753
13.14. Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC)	754
13.15. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores (arts. 1.689 a 1.693 do CC)	756
13.16. Da tutela (arts. 1.728 a 1.766 do CC)	757
13.17. Da curatela (arts. 1.767 a 1.783 do CC) e da tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do	762
13.18. Do bem de família (arts. 1.711 a 1.722 do CC)	771
13.19. Algumas questões interessantes na jurisprudência do STJ sobre bem de família	775
13.20. Súmulas e enunciados sobre Direito de Família	776
14 Do Direito das Sucessões	787
14.1. Sucessão em geral	787
14.1.1. Conceito e classificação	787
14.1.2. Terminologia da sucessão	788
14.1.3. Relações excluídas da sucessão	791
14.1.4. Momento da abertura da sucessão	791
14.1.5. Comoriência	795
14.1.6. Indivisibilidade da	795
14.1.7. Cessão de direitos hereditários	796
14.1.8. Aceitação ou <i>aditio</i>	799
14.1.9. Renúncia da herança	800
14.1.9.1. Espécies de renúncia	802
14.1.9.2. Questões relevantes sobre a renúncia	802
14.1.10. Da ação de petição de herança (arts. 1.824 a 1.828 do CC)	803
14.1.11. Legitimação sucessória	804
14.1.12. Espécies sucessórias	806
14.2. Sucessão legítima	807
14.2.1. Hipóteses de cabimento da sucessão legítima	807
14.2.2. Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos	808
14.2.3. Das regras da sucessão legítima	809
14.2.4. Da sucessão do descendente	811
14.2.5. Da sucessão do ascendente	812
14.2.6. Da sucessão do cônjuge e do companheiro	813
14.2.6.1. Aspectos gerais	813
14.2.6.2. Do direito real de habitação decorrente da sucessão	816
14.2.6.3. Concorrência do cônjuge ou companheiro com o descendente	818

14.2.6.4. Concorrência do cônjuge e do companheiro com o ascendente.....	827
14.2.7. Do histórico da modificação na sucessão do companheiro e das consequências principais da mudança	828
14.2.8. Da sucessão do colateral.....	831
14.2.9. A sucessão para o poder público.....	833
14.3. Sucessão testamentária.....	834
14.3.1. Introdução	834
14.3.2. Normas regulamentadoras da sucessão testamentária.....	835
14.3.3. Incapacidade testamentária.....	836
14.3.4. Do conteúdo do testamento.....	837
14.3.5. Revogação do testamento.....	838
14.3.6. Do rompimento do testamento	839
14.3.7. Formas de testamento.....	839
14.3.7.1. Formas ordinárias de testamento.....	839
14.3.7.2. Formas especiais de testamento	842
14.3.8. Dos codicilos.....	843
14.3.9. Das disposições testamentárias.....	843
14.3.10. Da invalidade do testamento	845
14.3.11. Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	846
14.3.12. Dos legados	848
14.3.13. Das substituições testamentárias.....	850
14.3.14. Da diferença entre indignidade e deserdação.....	853
14.3.15. Do testamenteiro.....	855
14.4. Súmulas e enunciados sobre sucessões	857
<i>Referências</i>	861